

# ***Relatório de Consulta Pública***

## ***Monumento Natural Estadual Serra da Cangalha***

### ***Campos Lindos – TO***



---

**Palmas - TO**  
**Março 2013**



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
*Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

**JOSE WILSON SIQUEIRA CAMPOS**  
Governador do Estado do Tocantins

**ALAN BARBIERO**  
Secretario do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**ALEXANDRE TADEU DE MORAIS RODRIGUES**  
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

**Equipe Técnica**

**MARLI TERESINHA DOS SANTOS**  
Diretora do Departamento do Meio Ambiente e Florestas

**RUBENS PEREIRA BRITO**  
Diretor de Políticas e Instrumentos de Gestão Ambiental

**CRISTIANE PERES DA SILVA**  
Assessora Executiva

**ANGELICA BEATRIZ CORREA GONCALVES**  
Inspetora de Recursos Naturais



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
*Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

***GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO -  
GTCUC***

PORTARIA SEMADES Nº 48, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

*CRISTIANE PERES DA SILVA*  
*SEMADES - Assessora Executiva*

*ANGÉLICA BEATRIZ CORRÊA GONÇALVES*  
*SEMADES – Inspectora de Recursos Naturais*

*AÍDA LINO BRANCO PAIVA*  
*SEPLAN – Assessora Técnica*

*PAULO AUGUSTOMBARROS DE SOUSA*  
*SEPLAM – Assessor Técnico em Geoprocessamento*

*CARLOS SÉRGIO GOMES*  
*NATURATINS – Técnico em Monitoramento  
Ambiental*

*DENISE GOMES LOUREIRO*  
*NATURATINS – Educadora Ambiental*

*ROSILENE MARIA DE CÁSSIA M. DOS REIS*  
*NATURATINS – Analista de Desenvolvimento Social*

*RUBERVAL BARBOSA ALENCAR*  
*NATURATINS – Diretor de Recursos Florestais*

*YARA LÚCIA DE SOUSA LIMA*  
*NATURATINS – Assessora Técnica*



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
*Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

**Adv. Arlindo Gomes Miranda**  
**Consultor**

**Biol.MSc. Rafael Rodrigues Freire**  
**Colaborador**



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

# Índice

<i>Apresentação</i> .....	6
1. <i>Antecedentes</i> .....	7
2. <i>Roteiro metodológico</i> .....	10
3. <i>Consulta Pública</i> .....	11
<b>ETAPA I</b> .....	11
<b>Planejamento do Trabalho</b> .....	11
<b>ETAPA II</b> .....	13
<b>Atividade de Mobilização</b> .....	13
<b>ETAPA III</b> .....	16
<b>Realização da Consulta Pública</b> .....	16
4. <i>Considerações Finais</i> .....	22
5. <i>Anexos</i> .....	24
<b>Anexo I - Apresentação consulta campos lindos</b>	
<b>Anexo II - Abaixo assinado entregue pela população</b>	
<b>Anexo III - Lista de presença da consulta pública</b>	
<b>Anexo IV - Ofício e Lei Municipal Campos Lindos</b>	
<b>Anexo V - Roteiro para realização de consulta pública para criação de unidade de conservação</b>	



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

# **A** *apresentação*

O Produto 02 ora apresentado denominado “**Relatório de Realização da 1ª Consulta Pública**” responde ao estabelecido no contrato de prestação de serviços IND.GEF n. 008/2012, firmado entre o Estado do Tocantins, representado pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Advogado Arlindo Gomes Miranda para realização de serviços de consultoria individual com a finalidade de assistir a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADESem serviço especializado para organizar e realizar consultas públicas para a criação de 03 unidades de conservação no Estado do Tocantins.

Estabelece o referido contrato que este produto deverá apresentar pormenorizadas as seguintes especificações:

- ✓ Método de trabalho;
- ✓ Relato da reunião;
- ✓ Dados da Consulta Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

## **1. Antecedentes**

O Governo do Estado do Tocantins firmou um acordo de concessão de fundo fiduciário do Global Environmental Facility, com o Banco Mundial, para financiamento não reembolsável da execução do Projeto Cerrado Sustentável do Tocantins (GEF CERRADO). O referido Projeto tem como executores a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins). A coordenação técnica deste está a cargo da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), instalada na Superintendência de Meio Ambiente e Florestas da SEMADES e a sua administração designada à Unidade Gerenciadora do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins -UGP/PDRIS, vinculada à Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública- SEPLAN.

O Projeto tem como componentes: (i) proteção da biodiversidade no território tocantinense nos níveis de espécies e ecossistemas; (ii) uso sustentável de biodiversidade no bioma cerrado em áreas protegidas no entorno de áreas de produção; (iii) capacidade do Tocantins para a conservação e monitoramento da biodiversidade e (iv) coordenação, monitoramento, avaliação e divulgação de informações do projeto.

Na Proteção da Biodiversidade no Território Tocantinense nos Níveis de Espécie e Ecossistemas, o projeto tem por finalidade contribuir com a preservação de ecossistemas através da criação e consolidação de áreas protegidas, garantindo o manejo e proteção efetivos de pelo menos 541.000 hectares do bioma cerrado: (i) criando no mínimo 250.000 hectares de áreas protegidas localizadas nas áreas prioritárias de conservação; (ii) fortalecendo o manejo e implementação de quatro áreas protegidas existentes no território tocantinense; tudo através de estudos e outras atividades referente a criação de áreas protegidas, entre outras, avaliações ambientais, desenvolvimento de planos de manejo e estratégias de sustentabilidade, implantação de infraestrutura básica de manejo de áreas protegidas, criação e funcionamento apropriado de conselhos para áreas protegidas e uso de ferramentas de planejamento de paisagem.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

***Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável***

No Uso Sustentável de Biodiversidade no Bioma Cerrado em Áreas Protegidas no Entorno de Áreas de Produção, o projeto irá promover, nas propriedades rurais adjacentes a quatro áreas protegidas existentes no território tocantinense, o uso sustentável de biodiversidade no bioma cerrado e sua conservação em áreas de produção, melhorando e promovendo processos de produção ambientalmente sustentáveis, capacitando produtores rurais para aplicar as melhores práticas e adotar alternativas ao desmatamento e garantindo, ao mesmo tempo, a conformidade de reservas legais e áreas de preservação permanente, tudo através da identificação estratégica e localização de áreas de reserva legal compensada ou recomposta em municípios no entorno de áreas protegidas existentes, a criação de corredores biológicos que conectem as áreas protegidas com as áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente

Na Capacidade do Tocantins para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade o projeto objetiva fortalecer e aumentar a capacidade dos respectivos setores da administração do Tocantins responsáveis pela implantação da política de biodiversidade a fim de conduzir o efetivo monitoramento e conservação da biodiversidade, especificamente dentro e no entorno das áreas protegidas, incluindo a melhoria de sistemas e ferramentas estaduais para monitorar a biodiversidade.

Na Coordenação, Monitoramento, Avaliação e Divulgação de Informações do Projeto o trabalho irá garantir a continuidade da coordenação, gerenciamento e monitoramento de todas as atividades do projeto, apoiando atividades oportunas e eficientes de avaliação, monitoramento e coordenação técnica, além de atividades satisfatórias de relatório, auditoria, aquisição e gestão financeira, juntamente com a elaboração e implantação de um plano de divulgação de informações.

A lei que criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC – (Lei 1.560/2005) estabelece diretrizes para a participação da sociedade civil na criação e gestão das unidades de conservação (UC) . No caso da criação de UCs, o SEUC exige que se realizem Consultas Públicas para a maioria das categorias, exceto para as Estações Ecológicas. As consultas públicas têm caráter “consultivo” (não deliberativo) e servem para que a população seja informada sobre os propósitos da criação das UCs e contribua com informações e sugestões.





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

***Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável***

Nesse sentido, foram iniciados os trabalhos através da realização da primeira consulta pública sob mediação desta consultoria, a consulta pública para criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha. A reunião ocorreu no dia 21 de março com início às 14hs no município de Campos Lindos - TO. A população e suas representações compareceram ao Clube do Adão Pato, local de realização, para conhecer a proposta e manifestar-se frente ao tema.



## 2. *R*oteiro metodológico

Esta consultoria focou seu arranjo metodológico na motivação de subsidiar tecnicamente a realização da consulta pública para a criação da unidade de conservação Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha. As estratégias de mobilização e condução do evento possuiu o propósito de prover direito de participação de interessados na discussão garantindo o acesso à informação e manifestação, um processo legítimo e sem tendências para a obtenção de um resultado representativo e transparente.

Os procedimentos adotados seguiram os norteadores presentes no Termo de Referência para execução da consultoria. A construção e condução de todo o processo se deu de forma compartilhada com estratégias específicas para cada etapa identificada. Até a realização da Consulta Pública entendeu-se que seria necessário cumprir três etapas anteriores que derivariam, com o sucesso das atividades, culminar na realização da consulta como de expectativa.

**Quadro 1:** Compartimentos do planejamento para realização da consulta pública – da UC Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha.

<b>Escritório</b>	<b>ETAPA I</b>	<b>Planejamento geral do trabalho</b>	
		<b>Planejamento com equipe de governo</b>	
<b>Campo</b>	<b>ETAPA II</b>	<b>Instalação de base de apoio em campo</b>	
		<b>MOBILIZAÇÃO</b>	<b>1 - Mobilização Institucional.</b>
			<b>2 - Mobilização de lideranças.</b>
<b>3 - Mobilização da comunidade.</b>			
<b>ETAPA III</b>	<b>Realização da Consulta</b>		

De forma geral usou-se como ferramentas o contato e o diálogo individual, as reuniões com representações, os mecanismos e veículos de divulgação audiovisual em mídia virtual e impressa, entre outros. Esta estratégia vislumbrou atingir o maior número de interessados garantindo assim o acesso à informação e aos dados técnicos.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

### 3. **C**onsulta Pública

#### **ETAPA I**

##### ***Planejamento do Trabalho***

Esta etapa do desenvolvimento dos trabalhos visou identificar as atividades e estratégias para a realização das consultas públicas, em especial, a de criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha. O planejamento buscou compreender através de estudos dirigidos e reuniões específicas a realidade das políticas e ações de conservação do Estado do Tocantins, bem como a realidade e histórico de cada proposta a ser apresentada nas consultas públicas.

O início das atividades de campo se deu em Campos Lindos, localizado à aproximadamente 463km da capital do estado, Palmas. O planejamento se desdobrou no aprimoramento do cronograma de execução dos trabalhos diagnosticando assim, para realização da primeira consulta pública, em Campos Lindos, a necessidade de um período de aproximadamente 10 dias de atividade em campo para garantir o sucesso do processo.

O procedimento seguinte foi o deslocamento da equipe de consultoria ao município de Campos Lindos para dar início ao trabalho de mobilização. No primeiro momento a consultoria fez uma manobra de reconhecimento individualizado e no segundo momento, em companhia do corpo técnico da SEMADES, foram feitos os devidos reconhecimentos e apresentações. A figura a seguir ilustra as diferentes paisagens encontradas no campo.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Figura 1: Município de Campos Lindos - TO, local de realização da consulta pública MONA Serra da Cangalha.**





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**ETAPA II**

***Atividade de Mobilização***

Para o desempenho da atividade de mobilização foi realizado inicialmente um reconhecimento de campo buscando conhecer as características ambientais de Campos Lindos. Este reconhecimento identificou, como diagnosticado nos estudos, um ambiente fragilizado socialmente com discrepâncias sociais, representações ora atuantes ora virtuais em meio à uma multiplicidade cultural, social e econômica. Fato observado e marcante foi o histórico da criação da Unidade de Conservação trazer, até o momento presente, uma carga com posições divergentes, em alguns momentos radicais e pouco fundamentadas.

A estratégia de mobilização, como planejado, partiu inicialmente focada na mobilização institucional, em segundo momento na mobilização de lideranças e por fim na mobilização da comunidade de forma geral.

A atividade de ***mobilização institucional*** se deu através de visitas específicas para entrega de convites oficiais e apresentação das atividades que se desenvolveriam nos dias que antecederiam a consulta pública. Acompanhado da coordenadora Cristiane Peres da Coordenadoria de Unidades de Conservação da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins - SEMADES foram entregues convites oficiais e informativos impressos às autoridades locais como prefeito, presidente da Câmara dos Vereadores, vereadores, secretário de agricultura e meio ambiente, representação da Associação Planalto dos produtores de soja, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e representantes religiosos.

Atores específicos locais foram também procurados com a finalidade de realizar uma ***mobilização de lideranças***. Esta estratégia visou incentivar a propagação de informações específicas acerca dos motivos complementares bem como do processo através de atores específicos formadores de opinião. Ora em ambientes como a sede do sindicato dos trabalhadores rurais, ora em locais públicos como em igrejas e praças, foram realizadas reuniões e encontros específicos com a finalidade de transmitir as atualizações dos estudos bem como da proposta a ser apresentada. Esta etapa possuiu também o propósito de analisar de forma preliminar as posições e intenções da comunidade, auxiliando assim na estratégia maior de garantia de continuidade do processo com a verdadeira motivação: a de realização da oitiva da população.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

*Amobilização da comunidade* foi construída por comunicação individual, em grupos e através de veículos de comunicação de alcance de massa. Como previsto nos termos para realização da consultoria foi analisada e então publicado o Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado (Publicado no Diário Oficial nº 3827, de 4 de março de 2013, pág. 33) e nos sites institucionais e setoriais do Governo do Estado do Tocantins como por exemplo em <http://semades.to.gov.br/conteudo/criacao-do-monumento-natural-serra-da-cangalha/438> e <http://atn.to.gov.br/noticia/2013/3/20/>. Esta estratégia repercutiu em demais canais de propagação de informações assegurando assim a visibilidade do evento.

Assim como norteado por lei específica, cumpriu-se o procedimento de fixação física do Edital de convocação na sede da prefeitura de Campos Lindos, bem como outros locais e prédios públicos. Ainda foram distribuídos informativos impressos produzidos pela SEMADES em assessoria desta consultoria. Os informativos atuaram como convites e folhetos informativos, apresentando breve histórico que evoluiu na proposta, aspectos legais pertinentes e limites propostos.

Ainda, visando uma divulgação complementar, foram utilizadas estratégias de divulgação de amplo alcance. Para tal, foram planejadas e desempenhadas as seguintes atividades:

- ✓ Confecção e fixação de cartazes e faixas de divulgação em locais públicos
- ✓ Inserção de chamadas-convite em veículos de comunicação, tais como rádios comunitárias;
- ✓ Divulgação de informativo em rádio comunitária local e em carro de som atingindo toda a comunidade urbana e situada em zona rural.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Figura 2:** Instrumento de divulgação fixado no centro de Campos Lindos.



**Figura 3:** Instrumento de divulgação fixado na Zona Rural de Campos Lindos.



Ao longo do processo a equipe de mobilização se deparou com problemas diversos, mas tentou-se ao máximo eliminar elementos que pudessem prejudicar o andamento do processo, bem como da realização da consulta pública. Condições climáticas adversas, instabilidade do fornecimento de energia, precariedade de instalações, estradas inundadas e pressões verbais caracterizaram as dificuldades do processo de mobilização. Em visita às áreas externas à região urbana lamaçais e vias acidentadas inundadas ora em condições de extremo alívio foram devidamente contornadas e acessadas para garantir a amplitude da informação.

Para a data da reunião alguns aparatos de infraestrutura como disponibilização de transporte, manutenção da fonte elétrica e dificuldade de local adequado e seguro foram contornados com um planejamento direcionado e estratégico, isso a partir do apoio de recursos acessórios para sonorização, audiovisual, transporte, etc. A Prefeitura Municipal de Campos Lindos colaborou com a logística, dentro de limitantes diversos de recursos e infraestrutura.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**ETAPA III**

***Realização da Consulta Pública***

De forma geral a consulta pública para criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha ocorre de forma produtiva e com sucesso diante do seu propósito. A comunidade compareceu e posicionou-se de forma interessada à questão apresentada. O evento ocorreu no dia 21/03/2013 e seu sítio de realização foi o clube do Adão Pato no centro da cidade de Campos Lindos, Estado de Tocantins, às 14hs. O procedimento inicial foi a recepção da comunidade pelo corpo técnico da SEMADES com o registro dos participantes através da assinatura nas listas de presença.

**Figura 4:** Recepção da comunidade e assinatura das listas de presença.



**Figura 5:** Comunidade acomodada para participação na consulta pública.



A consulta pública foi dividida em quatro momentos, sendo: 1) abertura do evento, 2) apresentação dos estudos, 3) manifestação da população e 4) encaminhamentos.

A abertura do evento foi dada por um condutor que direcionou as boas vindas aos participantes bem como realizou a composição da mesa de autoridades presentes. A mesa foi composta pela Diretora Marli Santos, o Prefeito de Campos Lindos Jessé Pires, o Vereador Kleber Santos Braga e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos, o senhor João Bandeira. O evento foi aberto oficialmente com a palavra da diretora do Departamento de Meio Ambiente e Florestas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), Marli Santos. Ainda estiveram presentes na oitiva: corpo técnico da SEMADES, Euriléia Borges - Presidente da Associação Contra a Fome e a Miséria; Danielle Dias e Patrícia Malves - Técnicos Analistas de Ambiente do IBAMA, Rodrigo Sabino - Diretor de Zoneamento Ecológico Econômico da SEPLAN, Denise Loureiro e Rosilene Reis representantes do NATURATINS e Patrícia Sales representante da SEAGRO, além de representantes das secretarias municipais, entre outros.





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Após pronunciamento das autoridades foi feita a mesa das representações e iniciaram as apresentações dos estudos técnicos.

**Figura 6:** Pronunciamento de abertura por parte do Prefeito de Campos Lindos.



**Figura 7:** Pronunciamento de abertura por parte da Dir. SEMADES Marli Santos.



Conduzidas pelos consultores Adv. Arlindo Gomes Miranda e Colaborador Biol. Rafael Rodrigues Freire, os dados foram apresentados de forma simplificada e direta a fim de proporcionar compreensão múltipla das motivações. A apresentação pontuou o histórico de estudos e reuniões dirigidas que acarretou no amadurecimento da proposta apresentada enfatizando os benefícios socioeconômicos e ambientais trazidos pelo equipamento em criação. Posteriormente foi caracterizado o arranjo legal norteador da criação de unidades de conservação - SNUC (Lei Federal nº9.985, de 18/07/2000) e SEUC (Lei Estadual nº 1.560, de 5/04/2005).

Os dados técnicos foram expostos de forma direta e sucinta e em linguagem acessível. Uma manifestação de um pequeno grupo de posição contrária à criação da unidade pressionou para o início do bloco de manifestações prejudicando algumas vezes a exposição de motivos.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Figura 8:** Slide de abertura da apresentação dos estudos técnicos do Monumento Natural Serra da Cangalha.



**Figura 9:** Apresentação dos estudos técnicos com intensa participação da população.



No terceiro momento foram abertas as inscrições para considerações e manifestações populares. De forma geral pouco foi questionado acerca da proposta, a não ser posicionamentos e condutas políticas em nível de governo Municipal e de Estado. Muitos ataques foram direcionados demonstrando angústias e cansaço diante do tempo de construção que demanda o processo. No entanto, foi também percebido que tais ataques eram providos por um pequeno grupo isolado de oposição política declarada ao governo vigente. Muitas vezes foi possível perceber o desconforto dos demais participantes, o que caracteriza a não representatividade e inconformismo da minoria.

O fato de o plano de manejo ser elaborado em momento posterior à criação da UC, procedimento incompreendido pela maioria dos presentes, também foi utilizado como argumento. Esta linha de argumentação foi colocada defendendo que haveria uma possível estratégia de governo onde seriam feitos, pós criação da UC, bloqueios dos usos das terras, limitando fortemente seu uso por parte das famílias inseridas no polígono proposto. Por muitas vezes foi comparada a criação do Monumento com a realização do projeto de cultivo de grão consolidado no município, o Projeto Serra do Centro. Por muitas vezes foi comparado o PROJETO de cultivo com o novo PROJETO do Monumento, e diante de um discurso de ameaça constatou-se que ainda esse, o projeto de produção de grãos, atua como um fator de grande tensão e conflito regional. A seguir são destacadas algumas falas degravadas dos registros da consulta pública que são aqui transcritas integralmente:



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

*"...Estamos hoje decepcionado por ações e decisões tomada diante de um povo humilde, pobre, carente e sofrido... que vem ser esmagado por um projeto indeciso cujo plano de manejo não é declarado..."*

**Agricultor Adevaldo**

*"Eles falam em leis, e... de 2005... e a lei da constituição brasileira diz que é assistida ao ser humano a educação, a saúde e a moradia, e essa lei eles não cumprem, ...estamos aqui em uma cidade há muito tempo abandonada."*

**candidata derrotada à prefeitura, Sra.Eurileia**

*"Essa reunião poderia não terminar bem, mas pedi ao meu nobre companheiro que me ouvisse, porque sei que os senhores são funcionários e aqui estão prestando serviços..."*

**Agricultor Adevaldo**

*"Porque que ele(Governador) quer preservar se não conserta os erros que ele fez no passado?! Os erros que ele fez no passado o governo não lembra não! Acabou com todas as matas, com todas as serras, com todas as cabeceiras do rio... envenena as pessoas..."*

**Agricultor Biú**

*"Por que o governo hoje que oferecer hoje tantas facilidades nesse tipo de unidade... por que ele não veio oferecer antes esse tipo de facilidade?"*

**Vereador Kléber**

*"Eu não sou contra a preservação não, mas eu sou contra o modo como ele (Governador) aplica encima das pessoas. O projeto Serra do Centro ele jogou na nossa cabeça..."*

**Agricultor Biú**



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

*"Pode caçar na Serra do Centro, morre gente envenenada, os rios tão tudo sendo aterrado!(...) Ele(Governador) quer preservar uma serra que todo mundo já preserva".*

***Agricultor Biú***

*"Quem mais zela pelo meio ambiente samo nós, família..."*

***Raimundo Cachoeira***

*"Queria pedir ao senhor Governador do Estado que assim como nós a conservamos até hoje, se o senhor quiser fazer parceria conosco numa maneira de reeducar o nosso povo para preservar melhor o meio ambiente, nós aceitamos..."*

***Agricultor Adevaldo***

Não foram apresentados estudos contrários ou questionadores, tampouco manifestações organizadas assinadas por associações ou outros grupos organizados no período de realização da consulta. Entretanto, um projeto de lei anexo à um abaixo assinado de texto: "Projeto de Lei de iniciativa popular que visa tornar expressa a proibição de criação de Parques, Unidades de Conservação, APA ou Monumento Natural Estadual Serra da Cangalha com área superior a seiscentos metros das bordas exteriores. " fora apresentado com data de protocolo registrada em ofício em 04 de Abril de 2013.

Na consulta pública foram tecidas informações quanto à emersão da manifestação que culminou no projeto de lei:

*"Tendo em vista essa atitude maleficia encima de nosso povo(criação da UC), nós fizemos um projeto de lei,e esse projeto de lei foi avotado por unanimidade... contra o parque ou qualquer unidade criada por aqui."*

***Agricultor Adevaldo***

*"A respeito da lei, foi de iniciativa popular, Adevaldo tomou a frente, a comunidade colaborou, andando e pedindo... e o pessoal colaborou. (...) ...foi votado e aprovado por unanimidade."*

***Vereador Kléber***



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

A seguir algumas figuras ilustram a manifestação popular dos participantes da consulta pública de criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha em Campos Lindos - TO.

**Figura 10:** Manifestação popular na consulta pública de criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha.



**Figura 11:** Manifestação popular na consulta pública de criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Cangalha.



Ainda foram registradas algumas manifestações através de cartazes fixados em edificações particulares. O texto representa a confusão ainda presente nos discursos e o desconhecimento quanto às diferentes categorias de UCs e seus propósitos, como registram as figuras a seguir.

**Figura 12:** Registro de manifestação popular contrária à criação de unidade de conservação na categoria Parque.



**Figura 13:** Registro de manifestação popular contrária à criação de unidade de conservação na categoria Parque.





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

## 4. *C*onsiderações Finais

Foi registrado em lista de presença o comparecimento de 122 pessoas, no entanto foi visível em contraste visual a presença de um maior número de pessoas. Fato também observado foi que alguns se furtaram a assinar as listas de presença devido à uma orientação equivocada de pessoas que afirmavam que tais lista teriam o intuito de afirmativa à criação da UC, corroborando estes com a criação do monumento.

Basicamente a população que se manifestou posicionou-se contrária à gestão governamental presente também à categoria e limites propostos, o MONA Serra da Cangalha. Poucos se pronunciaram, mas foram, por parte destes, tecidas críticas e ataques fortes ao Governo do Estado e sua gestão. Foi recorrente o posicionamento contrário ao projeto de plantio da soja denominado Serra do Centro colocando-o como a "matriz" da desigualdade social.

Advindo do extrato da consulta pública, de forma geral, ficou clara a vontade e compreensão da população quanto à necessidade de se conservar atributos ecológicos e ambientais da região, não apenas circundada à Serra da Cangalha, mas de outros componentes da região. No entanto, heranças de processos políticos no Estado, frente a um grande desenvolvimento no setor de *commodities* provedor de grandes riquezas, fomenta uma condição de discrepância socioeconômica e fortalece o conflito perene, rebatendo essa condição no processo de criação da UC. Não é ainda compreendida por parte da população de que forma tal equipamento pode prover benefícios econômicos e incremento na qualidade de vida dos munícipes de uma forma geral.

O resultado da consulta pública pode ser considerado como positivo para o processo, pois assegurou a participação popular, todavia é também verdade que sobressaiu o posicionamento contrário à proposta apresentada. No entanto é bem verdade, também, que grupos isolados suprimiram a manifestação individual, não organizada, de posição positiva à unidade. Muitas destas manifestações foram coletadas pelos técnicos em momentos particulares, justificadas essas, segundo os manifestantes, pelo temor de represálias.

Vale ressaltar, ainda, a completa ausência de sugestões para o aprimoramento da proposta apresentada, uma vez que as lideranças presentes optaram por apresentar discursos prontos contrários à Administração Estadual.

Vale lembrar, ainda, que a ausência dos estudos fundiários dificultaram sobremaneira os debates, pois muitas justificativas não puderam ser combatidas justamente em razão desta ausência.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

***Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável***

Ressalta-se, também, a ocorrência de grupos organizados que, não se sabe se oportunisticamente, ou por identidade política e ideológica, se apresentaram na consulta pública com o firme propósito de prejudicá-la, promovendo algazarra e palavras de ordem contra a Administração Estadual.

Por fim, o cenário mostra que, após a criação da UC, ainda há um caminho a se percorrer até que os primeiros frutos da conservação sejam percebidos pela comunidade. Isso traz para o gestor uma condição de extrema cumplicidade, pois pode, com suas ações, tender o conflito para sua amenização ou então potencializá-lo, acarretando na perenização da problemática e não no cumprimento do propósito maior, a conservação.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
*Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

## 5. **A***nexos*